



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

ATA N.º 04/2019

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas, realizou-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta Cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de José Manuel Dias Pereira, do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues e da Segunda Secretária Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Vítor Manuel Medeiros Sousa, José Eduardo da Cunha Pacheco, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Edite Souto de Freitas Preto, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, André Carvalho Almeida e Carla Mota Martins Galvão.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, Fernando Jorge Ventura Moniz e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos, nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, do ano de 2019.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Informou o Senhor Presidente da Assembleia que pelos membros Edite Souto de Freitas Preto, Olga Maria Rodrigues Borges Soares e Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, foram recebidas

comunicações, solicitando justificação da falta à sessão extraordinária de 26 de agosto de 2019.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 974.000,00 €:

Pela Câmara Municipal foi novamente presente o processo referente ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 974.000,00 €, o qual foi apresentado na sessão desta Assembleia Municipal de 25 de junho de 2019.

Na sequência do direito de audiência prévia dos concorrentes ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos até ao montante máximo de 974.000,00 €, foi presente o ofício do Banco BPI, S.A. Sobre o mesmo, a Comissão de Análise das propostas confirma a sua extemporaneidade e emitiu o Relatório, com a seguinte conclusão:

“Em face das classificações finais do procedimento em questão “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 974.000,00€ (novecentos e setenta e quatro mil euros)”, a Comissão delibera, por unanimidade, manter a exclusão da proposta do concorrente BPI SA – pelos argumentos de facto e de direito supra -, e, ao considerar o SPREAD da proposta dos concorrentes Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e Novo Banco dos Açores, e atento o critério de adjudicação do presente procedimento, sugere a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos.

Assim, e considerando que não ocorreu alteração da ordenação das propostas, não será realizada nova audiência prévia, sendo, em seguida, este relatório enviado, juntamente com os demais documentos, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de decisão, adjudicação e notificação aos interessados.”, tudo conforme relatório cujo integral conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do PS, José Manuel Dias Pereira, Manuel António Rodrigues, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto, e quatro abstenções dos membros do PSD, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Vítor Manuel Medeiros Sousa e José Eduardo da Cunha Pacheco, dos vinte membros presentes:

1.º Manter a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos, conforme a análise efetuada e a autorização da contratação deste Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 974.000,00 € (novecentos e setenta e quatro mil euros), de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 265.500,00 €:

Pela Câmara Municipal foi novamente presente o processo referente ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 265.500,00 €, o qual foi apresentado na sessão desta Assembleia Municipal de 25 de junho de 2019.

Na sequência do direito de audiência prévia dos concorrentes ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos até ao montante máximo de 265.500,00 €, foi presente o ofício do Banco BPI, S.A. Sobre o mesmo, a Comissão de Análise das propostas confirma a sua extemporaneidade e emitiu o Relatório, com a seguinte conclusão:

“Em face das classificações finais do procedimento em questão “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 265.500,00€ (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos euros)”, a Comissão delibera, por unanimidade, manter a exclusão da proposta do concorrente BPI SA – pelos argumentos de facto e de direito supra -, e, ao considerar o SPREAD da proposta dos concorrentes Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e Novo Banco dos Açores, e atento o critério de adjudicação do presente procedimento, sugere a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos.

Assim, e considerando que não ocorreu alteração da ordenação das propostas, não será realizada nova audiência prévia, sendo, em seguida, este relatório enviado, juntamente com os demais documentos, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de decisão, adjudicação e notificação aos interessados.”, tudo conforme relatório cujo integral conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do PS, José Manuel Dias Pereira, Manuel António Rodrigues, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto, e quatro abstenções dos membros do PSD, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros,

Vítor Manuel Medeiros Sousa e José Eduardo da Cunha Pacheco, dos vinte membros presentes:

1.º Manter a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos, conforme a análise efetuada e a autorização da contratação deste Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 265.500,00 € (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos euros), de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 8 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 110.000,00 €:

Pela Câmara Municipal foi novamente presente o processo referente ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 8 anos, até ao montante máximo de 110.000,00 €, o qual foi apresentado na sessão desta Assembleia Municipal de 25 de junho de 2019.

Na sequência do direito de audiência prévia dos concorrentes ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 8 anos até ao montante máximo de 110.000,00 €, foi presente o escritório do Banco BPI, S.A. Sobre o mesmo, a Comissão de Análise das propostas confirma a sua extemporaneidade e emitiu o Relatório, com a seguinte conclusão:

“Em face das classificações finais do procedimento em questão “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 110.000,00€ (cento e dez mil euros)”, a Comissão delibera, por unanimidade, manter a exclusão da proposta do concorrente BPI SA – pelos argumentos de facto e de direito supra -, e, ao considerar o SPREAD da proposta dos concorrentes Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e Novo Banco dos Açores, e atento o critério de adjudicação do presente procedimento, sugere a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos.

Assim, e considerando que não ocorreu alteração da ordenação das propostas, não será realizada nova audiência prévia, sendo, em seguida, este relatório enviado, juntamente com os demais documentos, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de decisão, adjudicação e notificação aos interessados.”, tudo conforme relatório cujo integral conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do PS, José Manuel Dias Pereira, Manuel António Rodrigues, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de

Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto, e quatro abstenções dos membros do PSD, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Vítor Manuel Medeiros Sousa e José Eduardo da Cunha Pacheco, dos vinte membros presentes:

1.º Manter a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos, conforme a análise efetuada e a autorização da contratação deste Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 8 anos, até ao montante máximo de 110.000,00 € (cento e dez mil euros), de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 4 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 75.000,00 €:

Pela Câmara Municipal foi novamente presente o processo referente ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 4 anos, até ao montante máximo de 75.000,00 €, o qual foi apresentado na sessão desta Assembleia Municipal de 25 de junho de 2019.

Na sequência do direito de audiência prévia dos concorrentes ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 4 anos até ao montante máximo de 75.000,00 €, foi presente o ofício do Banco BPI, S.A. Sobre o mesmo, a Comissão de Análise das propostas confirma a sua extemporaneidade e emitiu o Relatório, com a seguinte conclusão:

“Em face das classificações finais do procedimento em questão “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros)”, a Comissão delibera, por unanimidade, manter a exclusão da proposta do concorrente BPI SA– pelos argumentos de facto e de direito supra -, e, ao considerar o SPREAD da proposta dos concorrentes Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e Novo Banco dos Açores, e atento o critério de adjudicação do presente procedimento, sugere a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos.

Assim, e considerando que não ocorreu alteração da ordenação das propostas, não será realizada nova audiência prévia, sendo, em seguida, este relatório enviado, juntamente com os demais documentos, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de decisão, adjudicação e notificação aos interessados.”, tudo conforme relatório cujo integral conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do PS, José Manuel Dias Pereira, Manuel António Rodrigues, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Francisco

Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto, e quatro abstenções dos membros do PSD, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Vítor Manuel Medeiros Sousa e José Eduardo da Cunha Pacheco, dos vinte membros presentes:

1.º Manter a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos, conforme a análise efetuada e a autorização da contratação deste Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 4 anos, até ao montante máximo de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros), de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA DO CAMPO MUNICIPAL MESTRE JOSÉ DA COSTA LESTE:

Foi presente o Projeto de Regulamento de utilização, funcionamento e segurança do Campo Municipal Mestre José da Costa Leste, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, o qual foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 109, de 6 de junho de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do PS, José Manuel Dias Pereira, Manuel António Rodrigues, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto, e quatro abstenções dos membros do PSD, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Vítor Manuel Medeiros Sousa e José Eduardo da Cunha Pacheco, dos vinte membros presentes:

1.º Aprovar o Regulamento de utilização, funcionamento e segurança do Campo Municipal Mestre José da Costa Leste, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA DO CAMPO MUNICIPAL JOÃO GUALBERTO BORGES ARRUDA:

Foi presente o Projeto de Regulamento de utilização, funcionamento e segurança do Campo Municipal João Gualberto Borges Arruda, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, o qual foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 109, de 6 de junho de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo 16 dos membros do PS, José Manuel Dias Pereira, Manuel António Rodrigues, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto e um voto do PSD, da membro Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e três abstenções dos membros do PSD, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Vítor Manuel Medeiros Sousa e José Eduardo da Cunha Pacheco, dos vinte membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Regulamento de utilização, funcionamento e segurança do Campo Municipal João Gualberto Borges Arruda, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - CONCURSO PÚBLICO “CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA DA CIDADE DE LAGOA”:

Sobre o processo do Concurso Público “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa” foi presente pela Câmara Municipal, o documento para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, que abaixo se transcreve:

“A Assunção de Compromissos Plurianuais, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 31 de fevereiro, da Lei dos Compromissos e Pagamento em Atraso (LCPA).

Considerando que:

- A obra “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa”, na sequência do concurso público, com contrato assinado, a 20 de março de 2019;
- A obra tem um prazo de execução de 300 dias;
- A execução física da obra, irá decorrer, quer no corrente ano, quer no próximo ano;
- Aguarda-se a obtenção do Visto do Tribunal de Contas.

Torna-se necessário proceder à assunção do compromisso plurianual da “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa”, em 2 anos económicos, designadamente:

- 3 meses em 2019 – 165.134,58€ com IVA incluído
- 7 meses em 2020 – 703.759,42€ com IVA incluído.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara.

A Senhora Presidente da Câmara informou que a obra de “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa” encontra-se adjudicada, tem contrato assinado com a empresa Afavias e está a aguardar o visto do Tribunal de Contas.

Referiu que, como o prazo de execução da obra é de 300 dias, torna-se necessário proceder à divisão dos seus encargos plurianuais, em dois anos económicos, sendo três meses no corrente ano de 2019 e 7 meses para o ano 2020.

Mais informou que, entre os vários esclarecimentos e documentos que foram solicitados pelo Tribunal de Contas, esta Autorização foi um dos solicitados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo 16 dos membros do PS, José Manuel Dias Pereira, Manuel António Rodrigues, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto e um voto do PSD, da membro Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e três abstenções dos membros do PSD, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Vítor Manuel Medeiros Sousa e José Eduardo da Cunha Pacheco, dos vinte membros presentes:

1.º Autorizar a assunção do compromisso plurianual da “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa”, em 2 anos económicos, designadamente:

- 3 meses em 2019 – 165.134,58€ com IVA incluído
- 7 meses em 2020 – 703.759,42€ com IVA incluído;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 8 – 3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:

Pela Câmara Municipal foi presente a 3.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2019, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Anulações

Receita

10030702 – Fundos Comunitários – 630.963€

120502 – Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições Financeiras – 349.999€

Despesas

07030301 – Obra n.º 16/I/2016 - Ciclovia e Valorização da Frente Marítima da Cidade de Lagoa – 630.963€

100503 – Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições Financeiras – 349.999€

Valores a inserir no Orçamento de 2020:

07030301 – Obra n.º 16/I/2016 - Ciclovia e Valorização da Frente Marítima da Cidade de Lagoa – 703.760€.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo 16 dos membros do PS, José Manuel Dias Pereira, Manuel António Rodrigues, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto e um voto do PSD, da membro Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e três abstenções dos membros do PSD, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Vítor Manuel Medeiros Sousa e José Eduardo da Cunha Pacheco, dos vinte membros presentes:

1.º Aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – RELATÓRIO N.º 02/2019 - FS/SRATC – AUDITORIA AOS ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS POR ENTIDADES PRIVADAS - MUNICÍPIO DA LAGOA (AÇÃO N.º 16-201FS2):

Pela Câmara Municipal foi presente o ofício n.º 1067 – ST, de 05 de julho de 2019, do Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores, que abaixo se transcreve, acompanhado do relatório

n.º 02/2019-FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2):

“Notifica-se V. Exa., para conhecimento e efeitos do disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da aprovação, em sessão de 04-07-2019, do relatório mencionado em epígrafe, o qual se anexa.

Os emolumentos deverão ser pagos de acordo com o prazo indicado na guia que, igualmente, se anexa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório n.º 02/2019-FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2), enviado pelo Tribunal de Contas, conforme previsto na alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 10 – SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS DO MUNICÍPIO DA LAGOA:

Para conhecimento desta Assembleia Municipal foi enviado pela Câmara Municipal a deliberação tomada em reunião Camarária de 12 de julho de 2019, sobre as recomendações contempladas no Relatório n.º 02/2019 - FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2), do Tribunal de Contas, que abaixo se transcreve:

“8. Recomendações

Tendo presente as observações constantes do presente Relatório e face às respostas obtidas em sede de contraditório, considera-se pertinente recomendar ao Município da Lagoa o seguinte, reiterando, em parte, a 6.ª recomendação formulada no Relatório n.º 19/2009-FS/SRATC, de 03-12-2009, relativa à aplicação dos regulamentos municipais sobre a atribuição de apoio, e a 3.ª recomendação formulada no Relatório n.º 17/2012-FS/SRATC, de 18-12-2012, sobre o regime legal do endividamento municipal:

Recomendação

Suspender a aplicação do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município da Lagoa e, consequentemente, cessar a atribuição de apoios financeiros, sob qualquer forma, até que estejam reunidas as seguintes condições mínimas:

1.ª Alteração do Regulamento de modo a prever, expressamente:

- A proibição da atribuição de apoios que envolvam a assunção, direta ou indireta, de encargos com o serviço da dívida de empréstimos formalmente contraídos por entidades privadas;
- O aperfeiçoamento do conteúdo dos contratos-programa ou outros instrumentos que formalizem a concessão de apoios financeiros, prevendo uma clara e completa especificação das atividades ou projetos a desenvolver, assim como da natureza das despesas a financiar, de modo a que possa ser exercido um controlo efetivo da aplicação das verbas atribuídas;

- A obrigatoriedade das entidades beneficiárias comprovarem documentalmente a aplicação das verbas recebidas nas finalidades a que se destinam;
- A informação periódica à Câmara Municipal sobre os resultados do controlo feito à aplicação dos apoios atribuídos.

2.ª Dotar os serviços municipais dos meios necessários, estabelecer os circuitos e definir as responsabilidades para a efetiva aplicação do Regulamento, designadamente quanto à análise e seleção das candidaturas e ao controlo da aplicação das verbas atribuídas.

Com o acatamento das recomendações formuladas, o Tribunal de Contas espera impactos positivos no cumprimento da legalidade e na melhoria da gestão financeira pública, da transparência e da responsabilidade.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Acatar a recomendação formulada, pelo Tribunal de Contas, no Relatório n.º 02/2019-FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2), de suspender a aplicação do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município da Lagoa e, conseqüentemente, cessar a atribuição de apoios financeiros, sob qualquer forma, até que estejam reunidas as condições estabelecidas pelo Tribunal de Contas;

2.º Informar o Tribunal de Contas, até ao dia 31-12-2019, sobre as medidas tomadas em acatamento da recomendação formulada;

3.º Dar conhecimento desta deliberação à Assembleia Municipal.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e concordou, por unanimidade, com a deliberação tomada em reunião Camarária de 12 de julho de 2019, sobre as recomendações contempladas no Relatório n.º 02/2019 - FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2), do Tribunal de Contas, conforme previsto na alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, as intervenções e os esclarecimentos prestados.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Assistente Técnica, do Gabinete de Apoio à Presidência, nomeada para o efeito, a redigi e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
